

Desinformação alimentar polêmica

LIANA JOHN

Apesar de este ser o quarto ano consecutivo em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) faz o levantamento dos números da Amazônia, ainda persiste a confusão entre queimada e desmatamento. Uma confusão alimentada por alguns interessados na desinformação e por jornalistas pouco habituados ao tema. Queimadas e desmatamentos ocorrem na Amazônia, mas é importante fazer a distinção.

Os desmatamentos, ou as derubadas de floresta, são um sinal de avanço da fronteira agrícola ou de exploração predatória da floresta, com a retirada de madeira e a destruição da vegetação natural. No local, a floresta é substituída por cultura, pastagens ou capoeiras.

As queimadas ocorrem quando se põe fogo propositalmente em restos de vegetação, natural ou cultivada. Existem dois tipos de queimada na Amazônia. As mais comuns são aquelas feitas após o desmatamento, para eliminar os restos de vegetação não aproveitada (madeiras não comerciais, troncos, galharia e folhas), para facilitar a plantação de roças ou criação de pastagens. Em geral, após o desmatamento, a mesma área é queimada várias vezes durante oito a dez anos, sempre na estação seca, até que os troncos das grandes árvores virem cinzas. Em outras ocasiões, a queimada serve para eliminar restos de culturas após a safra e renovar as pastagens.

As queimadas são freqüentes nas áreas desmatadas, mas isso não significa que toda área desmatada queima. Também não quer dizer que toda área queimada acaba de ser desmatada. A maioria das queimadas ocorre todos os anos na mesma área, mesmo em locais onde nunca existiram florestas, como os cerrados, campos e campinas, ou seja, mais de 20% da Amazônia Legal.

A redução de 10% nesses três casos é mais importante, por exemplo, que o fim de toda a emissão de carbono da Índia, calculada em 0,2 bilhão de toneladas anuais. Da mesma forma, reduzir 10% do combustível fóssil nos Estados Unidos gera menos problemas do que paralisar quase toda a atividade econômica da Índia.

Dados diferentes — Até 1990, o Brasil constava nos relatórios do World Resources Institute como o quarto emissor mundial de carbono, com 0,6 bilhão de toneladas anuais, dos quais 88% viam de queima de florestas e 12% de petróleo. O WRI é um organismo internacional criado em 1982, em Washington, cujos relatórios servem de base para as discussões sobre a redução de emissões de carbono.

“Esses números atribuídos ao Brasil se basearam numa estimativa errada de que a taxa de desmatamento da Amazônia era da ordem de 8 milhões de hectares por ano”, explicou o diretor do Inpe, Márcio Barbosa. Os cálculos do desmatamento na Amazônia, realizados pelo

Inpe, apontam uma taxa anual de desmatamento na última década de cerca de 2,1 milhões de hectares. Os dados corrigidos pelo Inpe foram enviados ao instituto no ano passado e o novo relatório já tem a informação. Mas os números dos outros países do Terceiro Mundo continuam os mesmos.

Segundo os relatórios da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a taxa anual de desmatamento nas florestas tropicais do mundo é de 17 milhões de hectares. Em uma das reuniões preparatórias da Convenção de Mudanças Climáticas, o Itamaraty pediu formalmente que esse número fosse desdobrado por país. Segundo a FAO, a América do Sul contribuiria com 6,8 milhões de hectares/ano e o Brasil com 2,1 milhões de hectares, o que significa o reconhecimento dos dados brasileiros. A conta revela uma incongruência, levantada por um assessor da delegação brasileira: se a Amazônia brasileira representa mais de 70% das florestas tropicais da América do Sul e se ali os desmatamentos estão ocorrendo com mais velocidade, como explicar que o resto da América do Sul esteja desmatando 4,7 milhões de hectares por ano? Além disso, se os números da América do Sul não representam uma conta redonda, é válido o total atribuído a todas as florestas tropicais? A discussão promete esquentar as próximas rodadas de negociações da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.